

REGULAMENTO PARA RECRUTAMENTO DO DIRETOR

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento estabelece as condições de acesso e normas do concurso para a eleição do diretor do Agrupamento de Escolas D. João II, Sintra.

Artigo 2.º

Concurso

1. A eleição do diretor do agrupamento desenvolve-se por meio de um concurso, em conformidade com o n.º 2 do artigo 22.º do decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado no decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho, a ser divulgado por um aviso de abertura.
2. Ao concurso podem ser opositores os candidatos que preencham os requisitos constantes dos pontos 3 e 4 do artigo 21.º do decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado no decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

Artigo 3.º

Aviso de abertura

1. O procedimento concursal é aberto através de aviso publicitado do seguinte modo:
 - a) Na 2.ª série do Diário da República;
 - b) Num jornal de âmbito/expansão nacional;
 - c) Nos locais de informação do agrupamento;
 - d) Na página eletrónica do agrupamento;
 - e) Na página eletrónica da Direção Geral da Administração Escolar (DGAE).
2. O aviso de abertura do concurso contém obrigatoriamente os seguintes elementos:
 - a) O nome do agrupamento de escolas;
 - b) Os requisitos de admissão ao procedimento concursal;
 - c) A entidade a quem deve ser apresentado o pedido de admissão ao procedimento, com indicação do respetivo prazo de entrega, forma de apresentação, documentos a juntar e demais elementos necessários à formalização da candidatura;
 - d) Os métodos utilizados para a avaliação da candidatura.

Artigo 4.º

Processo de candidatura

1. As candidaturas são formalizadas até 10 dias úteis após a publicação do aviso no Diário da República e dirigidas ao presidente do conselho geral.
2. As candidaturas são entregues pessoalmente nos serviços administrativos do agrupamento, na escola sede, Escola Básica Integrada Rainha D. Leonor de Lencastre, em horário de expediente, ou enviadas, por correio registado, com aviso de receção, expedido até ao prazo fixado para a sua apresentação.
3. No ato de apresentação da candidatura, os candidatos têm que, sob pena de exclusão, fazer a entrega de:
 - a) Requerimento de apresentação a concurso de acordo com o modelo em anexo ao presente regulamento, dirigido ao presidente do conselho geral, disponibilizado na página eletrónica da Escola do Agrupamento (<http://www.aedj2.pt>) e nos serviços de administração escolar;
 - b) *Curriculum Vitae* detalhado, datado e assinado, onde constem todas as informações consideradas pertinentes para o efeito e acompanhado de provas documentais, autenticadas, que serão dispensadas para os docentes em serviço no Agrupamento;
 - c) Projeto de Intervenção no Agrupamento de Escolas, em suporte de papel, com páginas numeradas e rubricadas e no final datado e assinado, contendo identificação de problemas, definição de metas e as grandes linhas de orientação da sua ação, assim como a explicitação do plano estratégico a desenvolver ao longo do mandato. O Projeto de Intervenção referido na presente alínea não deverá exceder as 20 páginas, tamanho A4, tipo de letra “Trebuchet MS”, tamanho 11, espaçamento 1,5, sem anexos e sem apêndices, não sendo toleradas alterações face a estas regras;
4. Os candidatos podem ainda indicar quaisquer outros elementos, devidamente comprovados, que considerem pertinentes e relevantes para a apreciação do mérito da sua candidatura.
5. É obrigatória a prova documental de todos os elementos constantes do currículo, com exceção daqueles arquivados no respetivo processo individual desde que o mesmo se encontre nos serviços do agrupamento, sob pena de exclusão do concurso.

Artigo 5.º

Análise das Candidaturas

1. As candidaturas são analisadas pela comissão permanente do conselho geral.
2. Previamente à apreciação das candidaturas, a comissão permanente procede à verificação dos requisitos da admissão ao concurso, excluindo os candidatos que não os tenham cumprido, sem prejuízo do artigo 76.º do código de procedimento administrativo.

3. São elaboradas e publicitadas, nos locais de informação e na página do agrupamento, as listas dos candidatos admitidos e excluídos do concurso, de acordo com os prazos estipulados no aviso de abertura.

4. A comissão procede à apreciação das candidaturas admitidas, de acordo com o ponto 5 do artigo 21.º do decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado no decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho, nomeadamente:

a) Análise do *Curriculum Vitae* de cada candidato, visando apreciar a sua relevância para o exercício das funções de diretor e o seu mérito;

b) Análise do projeto de intervenção no agrupamento, visando apreciar a coerência entre os problemas diagnosticados e as estratégias de intervenção propostas;

c) Resultado da entrevista individual ao candidato, quer para aprofundar aspetos relativos às duas alíneas anteriores quer para apreciar a adequação do seu perfil às exigências do cargo.

5. A comissão elabora um relatório da avaliação das candidaturas, de acordo com o artigo 22ºB do decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

6. O relatório referido no número anterior deve ser presente ao conselho geral.

7. Sem prejuízo de um juízo avaliativo sobre as candidaturas em apreciação, a comissão não pode, no relatório, prever uma seriação das candidaturas.

8. A comissão pode considerar que nenhum dos candidatos reúne as condições para ser eleito, transmitindo tal conclusão ao conselho geral.

Artigo 6.º

Processo de Eleição

1. Compete ao conselho geral apreciar o relatório emitido pela comissão permanente, procedendo à respetiva discussão e consequente eleição do diretor, por voto secreto e presencial, considerando-se eleito o candidato que obtenha maioria absoluta de votos dos membros do conselho geral em efetividade de funções.

2. O conselho geral pode, se assim o entender e considerar necessário, antes da eleição, proceder à audição dos candidatos admitidos.

3. No caso de nenhum candidato sair vencedor, nos termos do número 1 do presente artigo, o conselho geral reúne novamente, no prazo máximo de cinco dias úteis, a fim de proceder a novo escrutínio, ao qual é ou são admitido(s), consoante o caso, o candidato único ou os dois candidatos mais votados na primeira eleição.

4. Será considerado eleito aquele que obtiver maior número de votos favoráveis, desde que em número não inferior a um terço dos membros do conselho geral em efetividade de funções.

5. De acordo com o artigo 26.º do código do procedimento administrativo:

a) Havendo empate por votação por escrutínio secreto, proceder-se-á imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adiar-se-á a votação para a reunião seguinte; se na primeira votação dessa reunião se mantiver o empate, proceder-se-á a votação nominal;

b) Em caso de empate na votação nominal, o presidente do conselho geral terá voto de qualidade.

6. Do resultado do processo concursal será dado conhecimento ao candidato eleito, através de correio registado, com aviso de receção, e à comunidade educativa através da afixação nos locais de informação do agrupamento e no seu sítio.

7. A decisão do conselho geral é comunicada, nos dez dias úteis posteriores, à DGAE para efeitos de homologação.

8. Compete ao diretor geral da DGAE proceder à homologação nos dez dias úteis, posteriores à sua comunicação pelo presidente do conselho geral, considerando-se após esse prazo tacitamente homologado.

Artigo 7.º

Tomada de Posse

O diretor toma posse, perante o conselho geral, nos 30 dias subsequentes à homologação da decisão por parte da DGAE.

Artigo 8.º

Disposições Finais

1. O presente regulamento entra em vigor após a aprovação pelo conselho geral.

2. A legislação subsidiária inerente a este regulamento é:

a) O decreto-lei n.º75/2008, de 22 de abril, republicado no decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho;

b) O código do procedimento administrativo.

3. Se algum dos candidatos for membro efetivo do conselho geral, deverá ser substituído no seu cargo por um suplente enquanto durar o processo de eleição do diretor do agrupamento.

4. As situações ou os casos omissos serão resolvidos pelo conselho geral, de acordo com a legislação, os regulamentos e os normativos em vigor.

Aprovado em reunião do Conselho Geral de 21 de março de 2017